

Ata da 11ª Audiência Pública da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março, de 2009 (dois mil e nove), no Plenário da Câmara Municipal, reuniram-se Vereadores, autoridades, segmentos da comunidade, sob a Presidência da Vereadora Antônia Jacob Barbosa, que de posse da palavra declarou aberto os trabalhos desta Audiência Pública e convidou para compor a Mesa as seguintes autoridades: Dr. Eudemar Quintino de Oliveira- Presidente da OAB, Dr. Milton Martini Fernandes – Defensor Público, Francisco de Sousa, popular Chicão, Sra. Luceli – Secretária da Prefeitura. A referida audiência foi secretariada pela Vereadora Dra. Mirian Lacerda – 1ª Secretária da Mesa. No uso da palavra a Vereadora Antônia Jacob falou que a Câmara Municipal de Barra do Garças através desta Presidente convocou as autoridades públicas e a comunidade em geral para participar desta Audiência Pública, referente ao estudo e soluções da invasão nos loteamentos do bairro Nova Jerusalém. Em seguida a Vereadora Dra. Mirian efetuou a leitura do Edital de convocação da Audiência Pública. Logo após a Sra. Presidente destacou a importância deste trabalho e solicitou a todos que assinassem a lista de presença e passou a palavra a Vereadora Dra. Mirian, esta que efetuou a leitura do seguinte: As Audiências Públicas são um instrumento de grande eficiência em termos de sensibilidade e mobilização dos diversos setores de uma comunidade em torno de determinadas questões, ao mesmo tempo em que permitem que a própria comunidade expresse seus anseios e opiniões, proporcionando subsídios aos órgãos incumbidos de propor soluções. São espaços democráticos para a coleta de informações e construção de propostas de enfrentamento para as questões públicas debatidas, daí a importância das Audiências Públicas para o Poder Legislativo, abordando assuntos de interesse da população local. Com tema bem definido e busca-se a participação de pessoas e autoridades que tenham afinidades, interesses ou responsabilidades em relação ao assunto será debatido. No uso da palavra a Sra. Presidente disse: - Fomos procurados em Sessão Legislativa pelo Sr. Francisco Sousa e famílias da comunidade Nova Jerusalém, solicitando ajuda e estudos por parte dos órgãos públicos para debater e tentar solucionar o problema de falta de moradia e assentamento das famílias. Posteriormente o Sr. Francisco – Líder da comunidade protocolizou Requerimento, anexando documentos que comprovam que o IPTU de áreas invadidas estão em atraso e com base em tais documentos solicitou ajuda dos Vereadores. Através da Assessoria Jurídica foi realizada uma busca junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso e foi constatado que o Poder Executivo já deu entrada em ações para cobrança do IPTU, dos nomes constantes da relação deixada pelo Sr. Francisco. Ainda, que havia ação judicial para discutir posse e propriedade da área. O Sr. Francisco foi orientado a proceder busca junto ao Cartório de Registro de Imóveis, dos reais proprietários dos imóveis, bem como dirigir-se a Defensoria Pública para defesa de ação que havia sido proposta. Tecidas estas considerações abro a palavra aos presentes, iniciando com os membros da Mesa. No uso da Tribuna o Sr. Eudemar Quintino de Oliveira –

Presidente da OAB, Barra do Garças, cumprimentou a todos e disse aguardar os demais oradores para depois se pronunciar dentro da legalidade, solicitou que sejam objetivos. No uso da palavra o Sr. Francisco - Chicão explicou que estão há 115 dias de invasão no Nova Jerusalém, são mais de hum mil pessoas, o objeto é garantia de moradia as famílias que pagam aluguem, vários bairros de Barra do Garças foram invasões e hoje são uma realidade. Foi ao Cartório, muitas áreas daquele local não são registradas. Um dos proprietários, o Sr. Márcio Capelani já é falecido, ele é dono de várias quadras a família que não lhe procurou para negociar. O Prefeito não tem demanda para fazer muitas casas, os lotes, 526, 540 são da Prefeitura, ali é lote abandonado, irregular, com IPTU atrasado, somando dá mais de um milhão de impostos atrasados. As famílias que lá estão tem condições de negociar com os proprietários, mais nenhum proprietário lhes procurou. As pessoas não querem mais pagar aluguel, querem um lote para construir. Lá tem muitas escrituras falsas. Concluindo solicitou apoio dos Vereadores e demais autoridades. A seguir fez uso da Tribuna o Dr. Eudemar – Presidente da OAB, disse inicialmente que a invasão teve início no império Romano. No caso do bairro Novo Jerusalém, podem orientar essa invasão, após anos pode se transformar em uma posse, o proprietário dos lotes irá procurar a justiça e entrar com reintegração de posse, o Juiz dará a liminar, nesse período os invasores estarão perdendo. Explanou como as coisas acontecem na justiça e disse que os invasores precisam orientação e muita paciência. A invasão é invasão, o risco é grande, os invasores devem se organizar melhor. Falou também sobre as ações processórias, onde as coisas não se resolvem de uma hora para outra a não ser que o Poder Público dê apoio. S seguir fez uso da palavra o Dr. Milton Fernandes, explicou sobre ameaça de invasão, posse e disse que a medição da quadra já é invasão, quem tiver o documento de propriedade pode entrar com ação e a justiça da a liminar. Os invasores podem entrar 50 vezes na propriedade e a justiça manda tirar as 50 vezes. Existe a forma correta de tirar a propriedade de alguém é comprando. Se o dono faleceu tem os herdeiros, se a terra não tem documento ou é da União ou do Estado. Se a área for do Município, o Prefeito quem responde, o Município pode distribuir lote, mas existem critérios de ordem pública, tem critérios para distribuição de casas, lotes. O Presidente Lula prometeu 1 milhão de moradias. Reconhecem que existe déficit habitacional. O cadastro do IPTU é meramente informativo, o que vale é o registro em cartório. Explicou ainda que quem invade esta sujeito a medidas judiciais. No uso da palavra a Presidente explicou que todos os pares desta Casa estão sensíveis as reivindicações. Irão estudar uma proposta futura do que é possível se fazer. No uso da palavra a Sra. Luceli falou em nome da Secretaria de Finanças. Explicou sobre progressividade. Falou que o Município esta cobrando o IPTU, já notificou os proprietários tem a Lei do parcelamento. Explanou sobre a desapropriação. Aconselhou as pessoas presentes a agirem de acordo com a Lei, as coisas demandam tempo. Tem um projeto do Governo Federal da distribuição de um milhão de casas. No uso da palavra o Vereador Kiko cumprimentou a todos e disse que na fala do Dr. Milton, invasão é crime.

Explanou sobre os projetos do Governo Federal e disse que 7% dessas casas serão construídas na região centro-oeste. Falou também sobre as inscrições das casas populares, dos projetos aprovados pela Câmara para construção de casas populares. Muitas áreas da Prefeitura foram doadas, hoje o Município tem que comprar área para construção de casas populares. Explanou sobre o PAC e disse que para isso o Município teria que ter áreas, contrapartidas, seria a infra-estrutura, isso não fica barato. A solução para moradia, a curto prazo tem a ver com os projetos do Governo Federal, Estadual, a solução seria todo o esforço da municipalidade. Disse que a Câmara fiscaliza, aprova, quem executa é o Executivo. No uso da Tribuna o Vereador Miguelão cumprimentou as autoridades e explicou que vários bairros de Barra do garças foram construídos com ou através de invasões. Solicitou que a Câmara faça um projeto, mande ao executivo para doar um lote as pessoas que não tem um teto e querem sair do aluguel. O Poder Executivo pode olhar com bons olhos para todas essas pessoas. Que a Prefeitura faça um encontro de contas com os proprietários que devem IPTU. A Sra. Presidente - Vereadora Antônia disse que estão dentro da legalidade buscando soluções que a ata dessa audiência dê condições de uma solução, através de registro buscarão os encaminhamentos dentro da legalidade. Querem auxiliar de forma que estas pessoas não tenham prejuízos futuros, que futuramente não tenham suas casas derrubadas. A ata será o instrumento legal para encaminhamento de soluções. No uso d apalavra à Dra. Gisele explicou que as palavras do Dr. Milton e do Dr. Eudemar retrataram com clareza o caminho jurídico, como advogada não pode ir contra os proprietários das área. Existem duas formas de adquirir uma propriedade, uma delas é o uso capeão, seria analisado pelo judiciário, o prazo é de 05 (cinco) anos. Sobre a desapropriação, tem que ser pelo Executivo e para isso existem critérios através de Lei. Com certeza as pessoas não querem ser desiludidas estão fazendo Audiência Pública a pedido das famílias que estão na área invadida. Através da Audiência irão tentar solução e não ilusão. O Legislativo não tem competência de enviar projeto doando imóveis. Irão fazer uma Indicação ao Prefeito a respeito de tudo o que foi discutido. Conforme informações serão cobrado IPTU dos imóveis invadidos. Nesse momento o Chicão disse que irão cobrar solução do Poder Executivo, irão no Ouro Fino reivindicar. A Sra. Presidente explicou que a Audiência Pública servirá de encaminhamento, a Secretaria de Assistência Social é habilitada para fazer o cadastro das pessoas que necessitam de moradia. Nesse momento a Dra. Giseli disse que tudo o que foge do caminho jurídico é ilegal. Se houver acusações, cabem provas. Se construírem casa em terreno ilegal, as casas poderão ser destruídas os moradores terão prejuízo. Falou novamente o Dr. Eudemar, explicou que a reivindicação por moradia é um direito do cidadão, o Chicão sendo o Líder, é responsável que ele reúna o pessoal, é muito difícil conseguir o que estão querendo, a pretensão é justa mais a responsabilidade pelo grupo é do Chicão. Sugere que comprem um lote no local e montem uma associação. Concluindo disse que sua intenção é orientar para que no futuro estas famílias não tenham prejuízo. Então o Chicão falou que estão lá no bairro para

chamar a atenção do Poder Público que a Prefeitura faça algo pelo povo que precisa de uma moradia e pede a ajuda das autoridades. São pessoas carentes que não tem condições de pagar aluguel e reivindicam um lote para construírem suas casas. Voltando a falar o Dr. Eudemar explicou que o Chicão já sensibilizou esta Casa de leis, devem fazer as coisas com a cabeça no lugar e o Chicão tem apoio na busca pela moradia, mais é um risco, pode dar certo ou errado. A seguir o Vereador Julio César disse que ficou esclarecido, o que depender da Câmara já foi feito, irão encaminhar uma Indicação ao Executivo. Foi explicado como devem agir, irão conversar com o Prefeito Wanderlei. O Vereador Miguel disse que a Câmara já se colocou a disposição, irão fazer uma Indicação ao Prefeito para que ele olhe com carinho aquela área que é da Prefeitura, outra forma é negociarem com a Prefeitura. Voltando a falar o Vereador Julio Cesar disse que, conforme informações da Secretária, a área da Prefeitura foi doada a FUNASA. Disse também que todas as pessoas tem direito a moradia, mais não querem que as famílias construam suas casas e depois as casas serem derrubadas. O Vereador Kiko sugeriu agendarem uma reunião com o Prefeito com as lideranças. A Sra. Presidente explicou que a Indicação será encaminhada ao Prefeito em nome de todos os Vereadores. Então o Vereador Julio Cesar disse que na Indicação solicitassem uma audiência do Prefeito com os líderes das famílias que estão no Novo Jerusalém. Também pronunciou-se o Vereador Celson Sousa, explicou que a Câmara de Vereadores estará ajudando estas pessoas que precisam, mais dentro da Lei, assina a indicação a que a Sra. Presidente consiga uma Audiência com o Governo do Estado e assim ajudarem esta famílias. Nesse momento a Vereadora Dra. Mirian disse que todas as famílias que estão aqui é por um objetivo de conseguirem um terreno, os Vereadores se sensibilizaram, irão dar apoio, mais dentro da Lei, não querem iludir, como Vereadores querem ajudar, porém somente a justiça tem o poder de decidir. Irão encaminhar a Indicação ao Prefeito. Dentro da legalidade esta Casa de Leis estará defendendo todas estas pessoas que precisam de moradia. Voltando a falar o Dr. Milton falou que juridicamente a situação é muito difícil. Esta se abrindo um caminho para discutir com o Poder Executivo, todos primam pelo caminho da legalidade. Providências estão sendo adotadas. Na Palavra Livre o Xaxim – Líder comunitário colocou-se a disposição de todos e darão apoio aquelas pessoas que realmente precisam. Voltando a falar o Chicão disse que estão se tornando apaixonados por esse movimento. Registra-se em tempo que foi o Josemar que falou estas palavras. Continuando o Sr. Josemar disse que é importante que o Prefeito, o Legislativo, o Secretário visitem o local, conversem com as famílias. Na Lei Orgânica fala que os proprietários de terrenos devem mate-los limpo, os terrenos invadidos são de pessoas que não limpam a área e não pagam IPTU. A Sra. Presidente disse que o Poder Legislativo estará dando o encaminhamento, as colocações aqui foram muito importantes. Irão sortear uma comissão entre os 10 (dez) Vereadores para representarem os demais a cor partidária aqui é a moradia para estas famílias que tanto necessitam de um teto. A seguir a Sra. Presidente constatando que não havia mais nenhum Vereador ou

orador inscrito declarou encerrada a Audiência Pública, cuja ata concluo neste momento. Registra-se que as assinaturas dos participantes desta Audiência foram colhidas no livro de frequência de Audiência Pública.